

“A procissão de milagres”: A natureza como mito e matéria na poesia colonial brasileira

“The procession of miracles”: nature as myth and matter in Brazilian colonial poetry

Luciana Murari¹

luciana.murari@pucrs.br

<https://orcid.org/0000-0003-1517-1016>

Resumo: Esse artigo analisa uma seleção de poemas coloniais cuja temática gira em torno da experiência da natureza brasileira. Seu objetivo é estudar duas formas de representá-la: as de fundo mítico e as de fundo utilitarista. Para tanto, a expressão poética é definida como uma forma de agir sobre o mundo, meio de conhecimento, interação social e memória do processo de apropriação do meio físico. Por meio de estudos críticos embasados na historiografia da cultura e da produção de riqueza na América portuguesa, a interpretação dos procedimentos discursivos adotados por essas obras buscou avaliar a escrita sobre o ambiente tropical a partir da manipulação, em diferentes proporções, do elogio aos prodígios naturais do território como fonte de prazer sensorial e maravilhamento, por um lado, e da geração de bens mercantis que alimentavam o comércio mundializado, por outro. Essa análise permitiu descrever as instâncias da natureza-mito e da natureza-matéria, e observar sua vigência na cultura da época como parte da assimilação cotidiana da vida nos trópicos sob a condição colonial.

Palavras-chaves: Brasil-colônia; literatura; história ambiental; mitificação da natureza; criação de riqueza.

Abstract: This article analyzes a selection of colonial poems whose main subject is the experience of Brazilian nature. It aims to discuss two ways of representing it: the mythical and the utilitarian. The poetic expression is defined as an action on the world, as a means of knowledge, social interaction and memory of the appropriation of the tropical environment. It offers an interpretation of the discursive procedure of these works by means of a critical study based on the historiographies of culture and of wealth creation in Portuguese America. It intends to evaluate the representation of the environment according to the praise of its natural wonders as a source of sensory pleasure and amazement, on the one hand, and of production of commodities for the world market, on the other. The categories of nature-myth and nature-matter were considered culturally relevant as part of the daily-life introjection of the colonial order in the tropics.

Keywords: colonial Brazil; literature; environmental history; mythification of nature; production of wealth.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História, Avenida Ipiranga, 6681, prédio 8, sala 403, 90619-900, Porto Alegre/RS, Brasil.

Em seu livro *Visão do paraíso*, de 1959, Sérgio Buarque de Holanda realizou uma análise comparativa entre os mitos edênicos ibéricos, observando sua influência no processo de colonização da América por Espanha e Portugal. O historiador defendeu que o repovoamento e a exploração dos nativos e da natureza pelos portugueses se mostraram em grande parte alheios a esses mitos, abraçando uma ideia pragmática de modernidade, marcada pelo realismo, “que se diria antes uma resignação tranquila ao real e ao imediato”, e pela “cautelosa e pedestre razão lusitana”. Já os espanhóis teriam mantido uma percepção bem mais superficial do mundo moderno, fazendo da idealização mitológica a força propulsora de sua aventura na América (Holanda, 1959, p. 122)². No final do livro, Holanda formulou aquela que pode ser tida como uma análise sucinta do significado da colonização portuguesa e da continuidade de suas práticas de exploração ambiental ao longo da história do país independente:

Teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão de milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República. (Holanda, 1959, p. 372).

Os modos coloniais de exploração da terra mantiveram sua vigência, portanto, ao longo de toda a história brasileira, segundo o desígnio de maximização dos ganhos com o extrativismo e a agropecuária. Fixou-se uma abordagem instrumental e imediatista da natureza, em consonância com a visão pragmática dos portugueses no primeiro século da colonização.

No entanto, o discurso da terra paradisíaca, elaborado a partir da chegada dos europeus, foi continuamente alimentado por diversas manifestações culturais ao longo dos três séculos de domínio português sobre o território. Após a Independência, a natureza continuou a ser promovida como o maior motivo de orgulho nacional, o que se mantém até a atualidade³. Nesse artigo, a imagem irônica da “procissão de milagres” abre espaço para demonstrar como a literatura colonial incorporou a visão pragmática do ambiente própria à dominação colonial, mas ao mesmo tempo também soube ser uma linguagem

devotada a mitificá-la e a fazer dela fonte de orgulho e identificação. Analisarei, para tanto, formas diversas de valorização do território em obras em versos publicadas durante o período colonial.

Dentro desse amplo universo, foram selecionados textos focados na experiência cotidiana da colonização e publicados entre o início do século XVIII (1705) e o início do século XIX (1805), nos quais se manifestavam a mitificação e/ou a abordagem utilitária do ambiente tropical. À primeira foram atribuídos, pela tradição crítica, sentidos nativistas ou protonacionalistas que conduziram à sua maior valorização pela historiografia brasileira (Hansen, 2006). Por meio da leitura crítica dos procedimentos narrativos, descritivos e argumentativos empregados nessas obras, investigarei as acomodações e tensões entre o apelo dos trópicos como espaço prodigioso, por um lado, e como depósito de materiais a serem empregados na criação de riqueza, por outro. Com o suporte adicional de referências da historiografia cultural, econômica e ambiental, a interpretação do texto literário será integrada aos contextos e temáticas específicos dos poemas analisados. Busco demonstrar como a poesia contribui para o estudo da conceptualização da natureza no período, participando da experiência colonial ao se movimentar entre os extremos do mito e da matéria, ao mesmo tempo constituindo-se como expressão e veículo do processo de acomodação do homem à natureza e da gestação de novas sensibilidades no contexto tropical e colonial.

Decerto, desde que emergiram os primeiros relatos do achamento da terra que se tornaria o Brasil, expressões superlativas comunicaram a comoção do europeu nessa parte do Novo Mundo. A possibilidade de compreender o ambiente natural dos trópicos a partir dos fundamentos bíblicos que haviam moldado o entendimento da natureza era, no entanto, limitada pela radicalidade da diferença e pela ausência de parâmetros para enquadrar a terra conquistada nos modelos cognitivos em vigor (Giucci, 1992). Ainda que a sugestão edênica se fizesse ouvir nas crônicas e relatos de viagem, eram evidentes as dificuldades de subsistência do europeu naquele meio exuberante e ameaçador. Nesse contexto, a relação dos colonizadores com o meio se construiu em interação com os nativos (Holanda, 1994), impulsionada pelo desejo da novidade e da redenção na América, mas também pelo comércio intercontinental e suas conexões internas na “cadeia dos mundos” (Gruzinski, 2014, p. 99).

² Estudos recentes têm apontado que o colonizador português não era inteiramente alheio ao imaginário do maravilhoso em seu impulso de exploração do Novo Mundo, como dá exemplo a pesquisa de Marcelo Delvaux, que analisou a recorrência dos mitos que moveram a busca de ouro e outros minerais valiosos entre os séculos XVI e XIX (2009). Embora inspirado nas ideias de Holanda, sobretudo em sua identificação do realismo pragmático do colonizador português, o presente artigo não pretende participar desse debate.

³ De acordo com pesquisa realizada pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) em 2014, a natureza é o maior motivo de orgulho nacional para 58% dos brasileiros, seguida por: diversidade cultural (37%); esporte (30%); qualidade de vida (28%); e característica pacífica (19%). A pesquisa foi encomendada pelo WWF (World Wildlife Fund), que constatou que o meio ambiente praticamente não foi objeto de debate durante a campanha eleitoral para a Presidência naquele ano (Pontes, 2014).

O trabalho aqui desenvolvido condensa-se em torno da práxis colonial e de sua comunicação por meio da linguagem literária, em direção a uma história ambiental voltada para as representações, atitudes e sensibilidades em relação à natureza⁴. Parto do princípio, estabelecido por Tim Ingold (2011), de que os saberes produzidos no interior de uma cultura derivam da experiência concreta em seu ambiente. Os atos de comunicação gestual e verbal entre aqueles que vivem a mesma realidade dirigem a atenção do sujeito para os elementos singulares do meio compartilhado. Como instrumentos da linguagem e da percepção, as palavras conferem significados aos aspectos do mundo, carregando em cada contexto a história de seus usos passados. Assim, elas proporcionam, tanto quanto as ferramentas, um envolvimento sensorial com o meio, de forma que as vivências anteriores se tornem também parte do aprimoramento e do aprofundamento das relações estabelecidas com ele. Como o uso da linguagem implica a introjeção do conhecimento do mundo, ela participa decisivamente da vivência no espaço habitado. Sendo assim, a geração de significados culturais nutre-se da ligação com o ambiente físico, e por isso uma tradição não pode ser transmitida em ruptura com ele. A aquisição e a transmissão de saberes são, portanto, não uma herança, mas uma continuidade de práticas, dentre as quais inclui-se a expressão verbal. Ou seja, em seu intrincamento com a vida objetiva, a linguagem impõe-se como forma de agir sobre o mundo, como meio de percepção e produção de conhecimento, como veículo da interação entre os sujeitos e da memória forjada ao longo de seus percursos. Embora as ideias de Ingold tenham sido cunhadas para refletir sobre as sociedades ditas “tradicionais”, elas também permitem pensar em como o ambiente neoeuropeu foi assimilado e vivido a partir do entusiasmo e do estranhamento iniciais.

Breve apodo

Nos séculos seguintes ao descobrimento do Novo Mundo, o entusiasmo pelo meio físico grandioso da colônia portuguesa reatualizou a tópica do descobrimento. Uma de suas mais conhecidas expressões é um poema da coletânea “Música do Parnaso” (1705), primeira obra publicada por um autor brasileiro⁵. A *Silva à Ilha de Maré, termo desta cidade da Bahia* comemora a fartura propor-

cionada pela vida nos trópicos por meio de dois tipos de alimentos: peixes e frutos do mar, por um lado, frutas e legumes, por outro. Já de início, a apreciação do ambiente exige que o observador ajuste seu ponto de vista de modo a atender às demandas estéticas europeias, pois o sentido de harmonia vê-se a princípio ausente. Do leitor é solicitada indulgência em relação à primeira impressão desfavorável do panorama da ilha quando vista a partir de Salvador. Seria necessário posicionar-se no interior da topografia acidentada para apreciar suas colinas e vales:

*Vista por fora é pouco apetecida,
Porque aos olhos por feia é parecida;
Porém dentro habitada
É muito bela, muito desejada,
É como a concha tosca, e deslustrada,
Que dentro cria a pérola fermosa.⁶
(Oliveira, 1705, p. 128).*

No poema, um jogo de paralelismos e contraposições permite enquadrar o espaço vivido em uma cena a ser valorada em cotejo com a Europa e, em específico, com Portugal. Para aquele que chega à Maré e se posta em frente ao mar, o grande número de barcos de passageiros e pescadores que se lançam entre a ilha e o continente desvenda um cenário dinâmico e alegre, somado a uma beleza que não deriva da harmonia, mas do desalinho, em mais uma reversão barroca das expectativas estéticas associadas à tradição clássica. A imagem predominante no poema é a da abundância, somada à diversidade e à qualidade excepcional dos produtos da ilha. Em sua linguagem hiperbólica, o mar que cerca a Maré oferece peixes que dispensam condimentos, pois o ambiente tratou de fazê-los saborosos: “Aqui se cria o peixe regalado com tal sustância, e gosto preparado, / que sem tempero algum para apetite / faz gostoso convite, / e se pode dizer em graça rara / que a mesma natureza os temperara.” (Oliveira, 1705, p. 128). A enumeração de espécies da fauna marinha leva a acentuar a variedade e a disponibilidade de alimentos, que não apenas proporcionam a sobrevivência, como também o prazer sensorial:

*Não falta aqui marisco saboroso,
para tirar fastio ao melindroso;*

⁴ Nesse campo, destaca-se o trabalho de um dos fundadores da história ambiental norte-americana, Roderick Frazier Nash, com seu *Wilderness and the American Mind* (1967). Ainda na historiografia anglo-saxã, enquadram-se autores inscritos nos “green cultural studies”, como Clarence J. Glacken (*Traces on the Rhodian Shore: Nature and Culture in Western Thought from Ancient Time to the End of the Eighteenth Century*, 1967), Raymond Williams (*The Country and the City*, 1973) e Keith Thomas (*Man and the Natural World: Changing Attitudes in England 1500-1800*, 1983). A respeito, ver Hochman (1998). *Landscape and Memory*, de Simon Schama (1995), deve ser também lembrado. Na historiografia francesa são de grande relevância os estudos de Alain Corbin no terreno da história das sensibilidades, sobretudo com *Le territoire du vide: L'Occident et le désir du rivage, 1750-1840* (1988). Dentre esses livros, foram publicados no Brasil os de Williams, Thomas, Schama e Corbin.

⁵ Conforme verbete da *Biblioteca Lusitana* de 1752 (*apud* Teixeira, 2005, p. 83), Manuel Botelho de Oliveira nasceu em Salvador em 1636, filho de um fidalgo capitão de infantaria. Estudou Jurisprudência na Universidade de Coimbra, tendo ocupado os postos de vereador e capitão-mor em sua cidade natal. Faleceu em 1711.

⁶ Nesse artigo, a ortografia das citações diretas a fontes primárias foi atualizada, mas foram mantidas as formas vocabulares originais.

*os polvos radiantes,
os lagostins flamantes,
camarões excelentes,
que são dos lagostins pobres parentes;
retrógrados cranguejos,
que formam pés das bocas com festejos,
ostras, que alimentadas,
estão nas pedras, onde são geradas;
enfim, tanto marisco, em que não falo
que é vário perrexil⁷ para o regalo.
(Oliveira, 1705, p. 129).*

O mesmo efeito cumulativo obtido pela sucessão de nomes de frutos do mar é reproduzido pela listagem das frutas disponíveis na ilha. Livres dos rigores do inverno europeu, as árvores mantinham-se sempre verdes, beneficiando-se da produtividade proporcionada pelo clima tropical, em que “[a]s frutas se produzem copiosas, / e são tão deleitosas, que como junto ao mar o sítio é posto, lhes dá salgado o mar o sal do gosto.” Registrando o contraste entre a doçura das frutas e a água do mar, o poeta investe na lógica de conciliação dos contrários tão cara ao *ethos* barroco, aplicada à comparação entre as frutas brasileiras e as europeias, pois as espécies produzidas na colônia são tidas como diferentes e superiores a tudo que há na Europa, ou no mínimo equivalentes. Nesse meio, mais doces e saborosas se tornavam as frutas: enquanto as laranjas portuguesas são “primas dos limões”, as da terra “poucas azedas são, antes se encerra tal doce nestes pomos, que o tem clarificado nos seus gomos”. Igualmente, “é cada melancia uma colmeia, e às que tem Portugal lhe dão de rosto / por insulsas abóboras no gosto.” (Oliveira, 1705, p. 129, 130).

Botelho de Oliveira constata também que grande parte dos frutos celebrados por ele foram implantados na colônia pelos portugueses, ainda que os ares tropicais pareçam ter promovido seu melhoramento: “As frutas quase todas nomeadas / são ao Brasil de Europa trasladadas / por que tenha o Brasil por mais façanhas / além das próprias frutas, as estranhas.” De fato, ainda hoje é possível constatar que relativamente poucos vegetais nativos dos biomas brasileiros foram incorporados à agricultura comercial e à dieta cotidiana do brasileiro, pelo menos no meio urbano. Considerando que o ato de colonizar consiste em exercer domínio sobre um território por meio de seu desbravamento e sua transformação, o poder

metropolitano se implementa a partir de bases ambientais. A “biota portátil”, designação de Alfred Crosby para o conjunto formado pelos europeus e pelos organismos por eles portados ao longo de suas viagens pelas redes mercantis, promove o entrelaçamento das espécies da fauna e da flora originadas de diversas partes do mundo, em vias de homogeneização (2011, p. 280). Além de animais vistos como básicos para a subsistência – como bois, porcos e galinhas –, os portugueses implantaram no Brasil uma série de vegetais, a maior parte de origem asiática e já aclimatados no sul da Europa, como a laranja, a uva, o figo e a manga. Há exceções, sendo a mandioca o mais notável produto da assimilação da cultura alimentar nativa pelos colonizadores (Alencastro, 2000).

Esse processo de “conquista biótica” promoveu a conversão dos modos de subsistência predominantes no Novo Mundo aos paradigmas metropolitanos, com a difusão de espécies que assim se tornavam mais aptas a resistir às pragas com as quais haviam evoluído em seus contextos de origem, possibilitando o controle do repovoamento e da exploração econômica (Dean, 1996, p. 71). O poema constrói a imagem da ilha como um ambiente composto a partir da mescla entre espécies autóctones e exóticas, o que correspondia ao “padrão conceitual de um jardim botânico”, como afirma Ivan Teixeira (2012, p. 113). O autor nos lembra ainda que a exaltação da fertilidade natural da terra convergia com a política do rei D. Pedro II de promover o plantio de especiarias asiáticas na América como possível solução para a crise econômica portuguesa. Embora com a descoberta do ouro essa ideia tenha sido relegada, ela foi implementada na colônia de forma não sistemática.

No universo de hipérboles com que Botelho de Oliveira define a vida na colônia, a riqueza das sensações proporcionadas pelas frutas abre espaço para experiências prazerosas em que a natureza do Novo Mundo se sobrepõe à do Velho, por sua capacidade de produzir frutos melhores em sabor, fartura ou tamanho: cana-de-açúcar, limão, cidra, melão, figo, romã. Impera uma lógica da supercompensação: depois de apresentar as espécies exóticas implantadas na colônia, todas elas em condições de superioridade ou no mínimo de equivalência com a produção europeia, seguem-se aquelas tidas como nativas – coco⁸, caju, pitanga, pitomba, arará, mamão, pimenta, maracujá, abacaxi, mangava, macujé, banana⁹ – sendo essa última capaz de competir com as maçãs e as peras portuguesas e de substituir o pão. Correlatas europeias permitem a um

⁷ Perrexil: “Erva que nasce nos areais, junto ao mar”. Figurativamente, designa os frutos do mar (Bluteau, 1712-1728, v. 7, p. 6023).

⁸ Apesar da existência de variedades de palmeiras nativas do Brasil, o autor está provavelmente se referindo ao coqueiro originado do Sudoeste asiático (*Cocos nucifera* L.), introduzido na América portuguesa a partir de Cabo Verde nas primeiras décadas da colonização (Siqueira; Aragão; Tupinambá, 2002).]

⁹ Dentre as espécies listadas, possivelmente algumas fazem referência a variedades nativas do território brasileiro. É o caso do mamão (possivelmente, o jaracatiá, ou mamão do mato, nativo da Mata Atlântica) e das pimentas malagueta e cumari, presentes em toda a América tropical. O autor faz referência à banana no plural, sendo a variedade nativa conhecida como pacoba ou pacová (Tomchinsky; Ming, 2019).

pressuposto leitor externo ao ambiente colonial avaliar a qualidade da oferta: os cajus “também se mostram vários nos sabores; / e criam a castanha, / que é melhor que a de França, Itália, Espanha”. As pitangas “são de América gijas¹⁰ disfarçadas”, enquanto as “as pitombas douradas, se as desejas, são no gosto melhor do que as cerejas,” e os araçazes, “como as peras de Europa engrandecidas”, fornecem “de várias castas marmeladas belas” (Oliveira, 1705, p. 131).

Algumas dessas frutas possuíam um atrativo adicional: encontradas nas matas, dispensavam o trabalho. Observe-se que a sedução das frutas não se dá, no poema, apenas pela sugestão do sabor e pela sensação do alimento na boca, mas também por seu colorido e perfume:

*Além das frutas, que esta terra cria,
também não faltam outras na Bahia;
a mangava mimosa
salpicada de tintas por fermosa,
tem o cheiro famoso,
como se fora almíscar oloroso;
produz-se no mato
que como em si toda a bondade apura,
não quer dever aos homens a cultura.
Oh que galharda fruta, e soberana
sem ter indústria humana,
e se Jove¹¹ as tirara dos pomares,
por ambrósia as pusera entre os manjares!*
(Oliveira, 1705, p. 133)

Por meio dessas outras referências sensoriais, a apreciação das frutas é induzida ao leitor, promovendo uma nova percepção, pois cada cultura modela sistemas perceptivos próprios, através dos quais os estímulos físicos do ambiente são filtrados, incorporados e postos em relação com experiências prévias (Espinosa, 2012).

Enquanto a musicalidade dos nomes em tupi-guarani sugere sabores exóticos ao paladar europeu, o poema de Botelho de Oliveira comunica a abundância de estímulos olfativos, gustativos, táteis e visuais experimentada nos trópicos. No caso específico da cultura barroca, o sensorialismo converge com o empirismo filosófico, ou seja, a busca sistemática da certeza com base no que é percebido pelo corpo, primeira abordagem na busca de conhecer o mundo (Lozano López, 2014). Esse cenário aponta para uma vida de gozo que Nicolau Sevcenko definiu como componente do “impulso desejante”, o instinto de desvendamento da conquista como objeto a ser apossado, identificando a

terra com a abundância e o prazer. A sedução da natureza tropical se exprime na literatura como a visão benfazeja de um deixar-se possuir pelo que se deseja, compondo a experiência com o ambiente como o nascimento de um novo corpo tomado por estímulos externos, mais sensível e mais propenso ao deleite (Sevcenko, 1996, p. 110).

A listagem dos legumes, que “[...] plantados / são do Brasil sustentos duplicados” repete o efeito de acumulação e as ideias de diversidade e fartura: os mangarás (brancos e vermelhos) “são da abundância espelhos”; os inhames “podem tirar a fome aos mais famintos”; batatas, “delas se faz a rica batatada / das Bêlgicas nações solicitada”; carás, que por modéstia vestem sua brancura de roxo; os aipins têm “das castanhas da Europa o mesmo agrado”; o milho, “que se planta sem fadigas, / todo o ano nos dá fáceis espigas”; o arroz é superior ao espanhol e ao português, pois “que o do Brasil quando se vê cozido / como tem mais substância, é mais crescido”. Na economia do poema, carências são vencidas com folga, como é o caso da substituição do trigo pelo beiju, que “feito tenro por curioso amigo / grande ventagem leva ao pão de trigo”. Aparentes contrariedades escondem virtudes essenciais, como é o caso da mandioca, que “tem nas raízes a farinha oculta: / que sempre o que é feliz, se dificulta”. Essa farinha “[...] em fácil brevidade / no mesmo dia sem trabalho muito / se arranca, se desfaz, se coze o fruto; [...]” (Oliveira, 1705, p. 133-135). A fórmula final que conclui o repertório de riquezas naturais da ilha condensa seus atributos e os integra à dimensão mercantil, ao incluir entre eles a exportação de açúcar:

*Tenho explicado as frutas e legumes,
que dão a Portugal muitos ciúmes;
tenho recopilado
o que o Brasil contém para invejado,
e para preferir a toda a terra,
em si perfeitos quatro AA encerra.
Tem o primeiro A, nos arvoredos
sempre verdes aos olhos, sempre ledos;
tem o segundo A, nos ares puros
na tempérie agradáveis e seguros;
Tem o terceiro A, nas águas frias,
que refrescam o peito, e são sadias;
o quarto A, no açúcar deleitoso,
que é do Mundo o regalo mais mimoso.
São pois os quatro AA por singulares
Arvoredos, Açúcar, Águas, Ares.*
(Oliveira, 1705, p. 135).

¹⁰ Variedade de cereja também conhecida como amarena, de uso principalmente culinário.

¹¹ Jove: um dos nomes de Júpiter, “[d]eus maior dos romanos, identificado com o Zeus (v.) dos gregos. Júpiter era a divindade da luz do dia, do céu, dos raios e trovões e de um modo geral dos fenômenos atmosféricos.” (Kury, 1990, p. 419).

Na criação literária de Botelho de Oliveira, a América portuguesa não apenas retinha em si um universo de prazeres a serem gozados, como os espalhava pelo mundo na forma de açúcar.

Assim, às virtudes da ilha, responsáveis pelas sensações agradáveis ao corpo sensorio, soma-se a produção de açúcar, resultado de uma atividade produtiva complexa e altamente compensadora para o capitalismo mercantil. Ela encontrou no Brasil condições privilegiadas de produtividade, e já nas últimas décadas do século XVI a colônia portuguesa havia despontado como o maior produtor mundial. Essa atividade de natureza semi-industrial com base no trabalho compulsório – inicialmente de origem indígena e a partir do segundo século crescentemente baseada na importação de africanos – beneficiava-se dos altos índices de insolação nos trópicos, da excepcional fertilidade dos terrenos de massapê da Bahia e de Pernambuco e dos capitais florestais que forneciam lenha para os fornos dos engenhos (Cabral, 2014).

Referências esparsas à cristandade – como a associação da mandioca à figura mítica de “Tomé sagrado”¹² que a “deu ao gentio amado” – se intensificam no final do poema, em que as três capelas da ilha são apresentadas ao leitor, sobrepondo-se ao paganismo clássico greco-romano até então citado. A necessária pertinência do poema ao universo católico demanda uma tradução intercultural imediata e paradoxal, pois a Ilha “tem com Maria verdadeira / outra Vênus melhor por padroeira” (Oliveira, 1705, p. 136). Síntese de todo o Brasil, a ilha de Maré de Botelho de Oliveira mostra-se, sobretudo, um espaço privilegiado para os prazeres corriqueiros, por meio da interação com a natureza que consagra uma imagem extática da vida nos trópicos: fertilidade, naturalidade, movimento, alegria, abundância, diversidade, colorido, vitalidade, luminosidade, prazer, relaxamento, calor e frescor. Apesar de consciente da riqueza produzida para o império português no mercado mundial e feliz por ostentá-la, o poema parece minimizar seus aspectos quantificáveis em comparação com as virtudes únicas do universo sensorial da ilha, para onde se direciona um cotidiano observado não a partir da produtividade, mas do gozo.

É o Mar Vermelho

Dinâmico e lúdico, o poema de Botelho de Oliveira adquiriu considerável popularidade, de maneira que, décadas mais tarde, inspirou uma réplica publicada em 1769

pelo Frei Manuel de Santa Maria, autor da “Descrição da ilha de Itaparica”¹³. Apresentando entusiasticamente sua ilha natal, o religioso reproduziu os temas e a estrutura do poema mais antigo repetindo, na mesma ordem, a prática de repertoriar a riqueza natural da terra. Como escreve Eneida Leal Cunha, a partir do modelo camoniano da ilha dos Amores de “Os Lusíadas”, ambos os poetas se empenharam na criação de uma imagem capaz de enobrecer sua terra de origem. Assim, firmaram traços simbólicos que, inscritos na memória coletiva, contribuíram para plasmar outras visões do país e de sua identidade que se enraizaram culturalmente no imaginário de e sobre o Brasil (Cunha, 2006).

A concepção e o desenvolvimento dos dois poemas são, entretanto, bastante diferentes, uma vez que o Frei Itaparica, menos atento aos estímulos sensíveis inspirados pelo mundo natural, confere acentuada ênfase ao processo de produção de riqueza econômica. Já de início, sua unidade de referência não é a localidade específica, mas a colônia portuguesa como um todo, celebrizada pela riqueza aurífera: “Em o Brasil, Província desejada / Pelo metal luzente, que em si cria [...]” (Anonymo Itaparicano, 1850, p. 158). Para a representação do cenário tropical de outra ilha, “[a] qual no nome tem também ser rica”, a narração ganha a frente em relação aos procedimentos descritivos, bem mais comuns no poema de Botelho de Oliveira. Ao contrário desse último, entretanto, a dinâmica do trabalho é aqui decisiva, pois a relação estabelecida pela ordem colonial com o ambiente americano é aqui marcada por uma exploração comercial de grandes dimensões. Seu fulcro é a objetificação da natureza como fonte de riqueza material, dentro de uma lógica em que os fins econômicos se autolegitimam e se impõem ao elogio da abundância e da diversidade. Direcionando sua atenção à pesca e à coleta dos frutos do mar, atividade apresentada em suas práticas e instrumentos – redes, anzóis e tarrafas, ou mesmo a cata de caranguejos no mangue, “sem arte industriosa” –, o poema assume tons dramáticos quando descreve a pesca da baleia, distanciando-se radicalmente da silva à ilha de Maré.

Nos séculos XVII e XVIII, Itaparica concentrava três postos equipados para a atividade, que se intensificou nesse período, alcançando cifras em torno de 200 animais por ano. O abate de 70 deles em uma temporada já era, entretanto, suficiente para comprometer os lucros do setor em períodos de escassez. Com isso, a atividade entrou em crise aguda na segunda metade do século XIX, o que foi agravado pelo aumento dos preços dos escravos,

¹² Sobre o mito de São Tomé na colonização brasileira, ver Fleck (2010).

¹³ Manuel de Santa Maria Itaparica nasceu na ilha de Itaparica em 1704 e morreu por volta de 1768. Foi frade franciscano e professor do convento de Paraguaçu, na Bahia (Blake, 1900, p. 196). A identificação da autoria de seu poema foi feita por Francisco Adolfo de Varnhagen ao publicá-la no *Florilégio da poesia brasileira*. Entretanto, continuou se referindo ao autor do poema, na coletânea, como “Anonymo Itaparicano”.

que conduziu à falência dos grandes armadores. Para o abastecimento da própria região, a atividade perdurou até o início do século XX, operada por negros pobres e por comerciantes que contratavam trabalhadores assalariados (Ellis, 1958; Castellucci, 2005)¹⁴.

Apesar de iniciar-se pela alusão ao relato bíblico, a principal força motriz desses versos são os elementos referenciados a partir de figuras mitológicas que personificam as potências naturais. O embate espetacular define as duas forças contrapostas, o homem e a natureza: “Os Nautas são etíopes robustos, / E outros mais do sangue misturado, / Alguns mestiços em a cor adustos, / Cada qual pelo esforço assinalado” – a referência à escravidão e à mestiçagem também participa da visualização do confronto e de sua contextualização social. A baleia, por sua vez, é caracterizada como um ser teratológico, pois “jamais besta tão grande foi criada”, com seus “membros tetérrimos e broncos”, “monstro do mar / Gigante do profundo / Uma torre nas ondas soçobrada”, “animal tão feio e tão imundo”, “horrível peixe”, uma “besta ingente” (Anonymo Itaparicano, 1850, p. 162-166). De fato, os chamados “monstros marinhos” despertavam fascínio e terror desde a Antiguidade, sendo um dos mais recorrentes o *ketos* (*cetus*, em latim), descrito como uma baleia de barbatana¹⁵. À observação das baleias na natureza somavam-se, na tradição artística, acréscimos terríficos que as convertiam em monstros híbridos que combinavam aspectos de diferentes criaturas marinhas temidas. Mesclados à tradição judaico-cristã, os aspectos misteriosos e aterrorizantes do animal foram ampliados, evocando o poder absoluto e a ira divina (Jaffé, 2013). Na retórica do Frei Itaparica, nada justificava o perigo que os trabalhadores (em sua maioria escravos) enfrentavam na luta contra seres fortes o suficiente para destroçar seus corpos e lançá-los nas profundezas do mar: “Ó gente, que furor tão execrando / A um perigo tal se sentenciava? / Como, pequeno bicho, és atrevido / Contra o monstro do mar mais destemido?” (Anonymo Itaparicano, 1850, p. 162). A cena narrada é grotesca, veiculando a imagem da baleia como um ser contrário à natureza por seu tamanho e força descomuns:

XXV

*O arpão farpado tem nas mãos suspenso
Um, que da proa o vai arremessando,
Todos os mais deixando o remo extenso
Se vão na lancha súbito deitando;
E depois que ferido o peixe imenso
O veloz curso vai continuando,
Surge cad'um com fúria e força tanta,
Que como um Anteu¹⁶ forte se levanta.*

XXVI

*Corre o monstro com tal ferocidade,
Que vai partindo o úmido Elemento,
E lá do pego na concavidade
Parece mostrar Tétis¹⁷ sentimento:
Leva a lancha com tal velocidade,
E com tão apressado movimento,
Que cá de longe apenas aparece,
Sem que em alguma parte se escondesse.*

XXVII

*Qual o ligeiro pássaro amarrado
Com um fio sutil, em cuja ponta
Vai um papel pequeno pendurado,
Voa veloz aquela afronta,
E apenas o papel, que vai atado,
Se vê pela presteza, com que monta,
Tal o peixe afrontado vai correndo
Em seus membros atada a lancha tendo.*

XXVIII

*Depois que com o curso dilatado
Algun tanto já vai desfalecendo,
Eles então com força e com cuidado
A corda pouco a pouco vão colhendo;
E tanto que se sente mais chegado,
Ainda com fúria os mares combatendo,
Nos membros moles lhe abre uma rotura
Um novo Aquiles c'uma lança dura.*

¹⁴ As práticas vigentes no Brasil, descritas no poema do Frei Itaparica, foram instituídas por pescadores bascos que introduziram a atividade no país na primeira década do século XVII, sem que tenha havido inovação tecnológica relevante por dois séculos (Alden, 1964). A racionalização do setor, criticado por suas “desordens”, foi defendida por José Bonifácio de Andrada e Silva em sua “Memória sobre a pesca da baleia e a extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias”, apresentada em 1790 à Real Academia de Ciências de Lisboa. Apesar do recurso retórico ao emocionalismo na observação dos sofrimentos do animal, seu intento era aumentar a eficiência e intensificar a exploração do setor pesqueiro, tornando-o mais lucrativo e longo (Andrada e Silva, 2002). Para uma análise desse texto de José Bonifácio, ver Pádua (2002).

¹⁵ A maior espécie animal existente, a baleia-azul (*Balaenoptera musculus*), pertence à subordem *Mysticeti*. Na América portuguesa, as espécies descritas desde o século XVI eram de menor porte: a baleia-jubarte (*Megaptera nodosa*) e a baleia-franca austral (*Balaena australis*). O óleo de baleia era usado como combustível para iluminação, para a lubrificação do maquinário e a calafetação das embarcações que transportavam o produto (Alden, 1964). A exploração do setor iniciou-se com a expansão da produção açucareira, pois os engenhos demandavam insumos para uma atividade praticamente ininterrupta durante a safra de cana, antecipando a exploração extrema do trabalho no sistema fabril, como anota Jorge Caldeira (1999).

¹⁶ Anteu: “um gigante que vivia na Líbia, filho de Poseidon e de Gaia” (Kury, 1990, p. 34).

¹⁷ Tétis: “Filha de Urano (o Céu) e de Gaia (a Terra), e uma das titânides, divindades antequíssimas. Tétis casou-se com Oceano, seu irmão, e teve com ele mais de três mil filhos – todos os deuses dos rios do mundo” (Kury, 1990, p. 715).

¹⁸ Espadana: “Nas suas *Décadas* chama João de Barros à barbatana dos peixes Espadana” (Bluteau, 1712-1728, v. 9, p. 401).

XXIX

*De golpe sai de sangue uma espadana¹⁸,
Que vai tingindo o Oceano ambiente,
Com o qual se quebranta a fúria insana
Daquele horrível peixe, ou besta ingente;
E sem que pela plaga Americana
Passado tenha de Israel a gente,
A experiência e vista certifica
Que é o mar vermelho o mar de Itaparica.
(Anonymo Itaparicano, 1850, p. 163-164).*

O desfecho, brutal para a sensibilidade moderna dotada de empatia pelos animais, obedece a uma lógica em que o humano resulta vitorioso de seu confronto contra o inimigo hediondo, como se houvesse sido atacado.

Essa singular oratória da razão colonizadora permite a convivência sincrônica da maravilha e do horror, aplicados tanto à natureza quanto à ação humana. Essa passagem do poema investe-se da dimensão do sublime, pois, no contexto da tradição filosófica estabelecida a partir de Longino, esse estilo retórico era definido por seu impacto esmagador, sua capacidade de despertar perplexidade. A ideia do maravilhoso, por sua essência transcendente, remetia ao contato do humano com o divino. Mesmo o pavor em face daquilo que parecia excessivo e desproporcional induzia à sublimidade e seus efeitos, como o êxtase e a estupefação (Doran, 2015). No poema de Itaparica, esses efeitos são dissolvidos a partir do momento em que o animal é morto e retirado de seu contexto, convertendo-se em prodígio capitalista a ser admirado por seu valor comercial e seus múltiplos usos, pois “[...] o valor, a que chega costumado / Até quase mil áureos se levanta”. Embora essa imagem não pareça servir a um discurso de louvor à terra, na verdade também é parte dele, dada a excelente oportunidade de explorar um dos ramos mais lucrativos da empresa colonial à época (Anonymo Itaparicano, 1850, p. 167).

O assombro e o horror em face da natureza caracterizam a bem-sucedida inserção da colônia nos mercados intercontinentais. O medo referenda o sacrifício do animal como uma ameaça ao ser humano, inversão de sentido promovida a partir da cultura clássica pelo recurso à tópica da monstruosidade, que cola a narração realista a uma descrição enraizada na referência mitológica. Trazida à praia, a carne da baleia abatida é partilhada entre a população, enquanto sua gordura é posta à parte para a fabricação de azeite. O trabalho, que no caso da silva à ilha de Maré se apresenta pela ausência, dada a generosidade do meio tropical na oferta de espécies nativas, é aqui brutal. O escravo

pode ser um herói na luta temerária contra a grandiosidade do mar e de suas criaturas, por um lado, mas, por outro, incorpora a abjeção dos que lidam com a transformação da matéria orgânica em produção mercantil. Os escravos, “etíopes robustos” nos versos sobre a pesca, são amesquinçados ao máximo no relato do beneficiamento do animal: “[s]ão uns feios etíopes e imundos, / Os que estão este ofício vil fazendo, / Cujos membros de azeite andam untados / Daquelas cirandagens¹⁹ salpicados.” (Anonymo Itaparicano, 1850, p. 167). A imundície atribuída à baleia é transferida àquele que a converte em produtos, num anticlímax que esvazia a dramaticidade do conflito entre o homem e o “monstro”. Os versos, que aliam ao realismo estrito imagens mitológicas que o referendam, apresentam uma versão maligna e terrificante do mundo natural.

O episódio da caça à baleia contrapõe-se ao mesmo tempo que reverencia o modelo estabelecido a partir de Botelho de Oliveira. A transição entre esse trecho e o restante do poema só não é mais brusca porque as duas estrofes intermediárias abordam temas também estranhos à descrição apologética do ambiente local: o primeiro versa sobre o forte de São Lourenço, ao norte da ilha; o segundo, sobre a inexistência de engenhos de açúcar na ilha naquele momento, em contraposição aos que já haviam existido. Em conjunto, as escolhas temáticas adotadas até aqui contrastam com a tradição pastoral que inspira a parte seguinte da obra, introduzindo uma produção agropecuária e extrativa originada de imaginários campos, prados e pomares.

Curiosamente, ao publicá-lo em 1850, Francisco Adolfo de Varnhagen considerou excluir 43 do total de 65 oitavas do poema, por considerá-las “insulas e sem interesse”, o que abarcaria todas as estrofes sobre o mar e as atividades pesqueiras. O valor do poema limitava-se, para o historiador, ao conteúdo encomiástico descritivo que ostentava frutos, legumes, águas, campos, bosques e igrejas, além da segunda e terceira oitavas, que veiculam amor à pátria e esclarecimentos biográficos sobre o autor (Varnhagen, 1850). O próprio poeta havia definido seu escrito como mero registro: “E se o tê-la [à Pátria] tão pouco engrandecido / Não me louva, mas antes me condena, / Não usei termos de Poeta esperto, / Fui historiador em tudo certo.” (Anonymo Itaparicano, 1850, p. 173). Porém, enquanto o religioso apela à modéstia, Varnhagen, ele sim historiador, adjetiva o conteúdo patético dos versos sobre a pesca de acordo com o interdito de sua própria sensibilidade e com sua própria escala de validação da produção literária a partir do elogio patriótico da natureza, que parece não comportar o horror do processo de geração de riqueza econômica por meio da caça às baleias.

¹⁸ Cirandagem: sujeira; “o que passa pela ciranda, quando se alimpa a cal, ou areia”. Ciranda: “Instrumento de paus alguma coisa separados uns dos outros, com que se alimpa areia ou cal em pó” (Bluteau, 1712-1728, p. 1360).

Exímios lenhos

Pragmatismo, narratividade dramática e descriptivismo didático estão também presentes nas *Geórgicas Brasileiras*, de Prudêncio do Amaral²⁰ e José Rodrigues de Melo²¹, conjunto de poemas publicados em latim entre 1780 e 1781 e traduzidos para o português entre 1827 e 1833, quando foram editados em Salvador. *De Sacchari Opificio (ou Poema sobre a produção de açúcar)*, de Prudêncio do Amaral (1675–1715), deve ter sido escrito por volta de 1710, permanecendo inédito até 1780, quando foi publicado em Roma. No ano seguinte, foi republicado juntamente com *De Rusticis Brasiliae Rebus (ou Das coisas rústicas do Brasil)*, de autoria de José Rodrigues de Melo. Esses escritos, formados por um primeiro canto assinado por Amaral e os quatro seguintes por Melo, dedicam-se a registrar as práticas agrícolas e pecuárias utilizadas no Brasil, através de versos que resumem as técnicas costumeiras e a psicologia do produtor, ocasionalmente em vestes mitológicas.

Escritos em latim, os versos não possuíam fim pedagógico direto, limitando-se a compor o acervo jesuítico de saberes agrícolas, que o livro registra de forma didática e detalhada. Então exilado em Roma, o padre José Rodrigues de Melo fez de seu poema uma forma de engrandecimento e legitimação dos temas agrícolas na literatura, tendo como base o elogio da prosperidade brasileira (Mariano, 2014)²². Os primeiros aspectos da produção de açúcar abordados por ele são a escolha do terreno e a abertura de campos agrícolas, que dependia da derrubada da mata. Espaço adverso à sobrevivência e à maior parte das atividades do ser humano, a floresta tropical impede a visão a longa distância, obstaculiza o deslocamento, esconde predadores e animais peçonhentos, abriga uma multitude de pequenos organismos incômodos e renitentes. Assim como o atendimento de todas as necessidades do colonizador – alimentação, deslocamento, cura de doenças –, a preparação de terrenos dependeu em um primeiro momento da apropriação do conhecimento indígena. A técnica de preparação da terra por derrubada e queimada, também conhecida como “agricultura de coivara”, foi o motor da incorporação do capital territorial das áreas da Mata Atlântica que cobriam grande parte da região ao longo do litoral brasileiro, onde nos dois primei-

ros séculos se concentraram os esforços de colonização. Com a adoção dessa prática para a produção agropecuária comercial e para o abastecimento de uma população crescente, a exploração das áreas de floresta assumiu escala e efeitos consideravelmente ampliados (Dean, 1996)²³.

Tratava-se de um processo tecnológico relativamente simples e que dispensava maior investimento em capital para a abertura das clareiras e sua manutenção. A queimada era precedida pela derrubada, a foice ou facão, dos arbustos e das grandes árvores. Esses eram deixados ao sol na estação seca até que as chuvas drenassem esses nutrientes para o solo, criando um substrato altamente fértil para o cultivo agrícola, além de livrar o campo de parasitas. Ao longo do tempo, a plantação era transferida em função do declínio da produtividade do terreno inicial, que era abandonado para a recomposição da cobertura vegetal na forma de floresta secundária, favorecida pelas condições de umidade e incidência solar nos trópicos. Desde que na presença de fontes de sementes próximas, a floresta rebrotava e as terras podiam ser reutilizadas. Esse sistema favorecia aqueles que possuíam propriedades extensas e podiam manter áreas ociosas durante longos períodos de tempo. No cotidiano da colonização, portanto, a matéria-prima da exploração colonial era formada pelo consórcio entre o solo e a floresta, considerando que a derrubada e a queimada eram absolutamente necessárias para a fertilização do solo e, portanto, para a viabilização da agropecuária de exportação, abastecimento e subsistência (Cabral, 2014).

No entanto, a redução progressiva da disponibilidade de terras representava um limite à expansão desse sistema, de modo que, conforme as condições do relevo e a pressão exercida sobre o solo, esse poderia desgastar-se a ponto de tornar inviável a recomposição da cobertura florestal. O terreno, a partir de então, era invadido por gramíneas resistentes, parasitas e pragas como formigas e cupins. As terras mais férteis e mais próximas aos portos exportadores eram direcionadas para as economias dinâmicas voltadas ao comércio mundial, enquanto as áreas já exploradas, se não beneficiadas pelo pousio ou por algum tipo de reposição da fertilidade, passavam por progressivo empobrecimento e abandono. A derrubada e queimada possibilitavam a extração da riqueza orgânica da floresta e sua comercialização, depois de um processo complexo

²⁰ Prudêncio do Amaral, padre jesuíta, nasceu no Rio de Janeiro em 1675 e faleceu na mesma cidade em 1715. Viveu a maior parte de sua vida religiosa em Salvador (Fonda, 1971).

²¹ José Rodrigues de Melo, padre jesuíta, nasceu no Porto em 1723 e faleceu em Roma em 1789. Professor de Letras no colégio jesuíta de Paranaguá, foi deportado para o Rio de Janeiro e daí para Roma, por ocasião da expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, em 1759 (Mariano, 2021).

²² Pode ter havido um diálogo entre o texto de Amaral e o hoje bem mais conhecido *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711). Como não há certeza quanto à data da escrita do poema que compõe a primeira parte das *Geórgicas*, é arriscado precisar em que sentido teria se dado esse intercâmbio, mas ele é altamente provável, uma vez que ambos os textos foram gerados, entre o final do século XVII e o início do XVIII, no Colégio dos Jesuítas da Bahia, do qual André João Antonil (João Antônio Andreoni) era então reitor. Sobre o tema, ver Luz (2009).

²³ O uso do fogo para o manejo dos terrenos foi prática comum desde as origens da agricultura. Além de possuir um forte significado simbólico como instrumento de purificação, era, no contexto da agricultura colonial, a única forma viável de promover a incorporação ao solo dos nutrientes químicos disponíveis na cobertura vegetal (Cabral, 2014).

de transformação, como no caso do açúcar, ou de técnicas mais simples, como o beneficiamento do tabaco (Dean, 1996). Essa foi a base da “procissão de milagres” agrícolas característica da história brasileira.

Em seus escritos sobre a produção de açúcar, Prudêncio do Amaral reporta os momentos inaugurais da atividade agropecuária: a escolha do terreno, a derrubada e a queimada. É, entretanto, extremamente sucinto e genérico a respeito dos métodos utilizados:

*Depois que do terreno ajusta escolha,
Para a Planta canífera fizeres,
Aos troncos todos diligente arroja
Duros machados; prostra as negras selvas,
E livre espaço estende ao novo campo;
Cortados outra vez em breves toros,
Frequentes piras erguerás dos troncos;
Depois que a línea congestão, sofrendo
Estivos dias, ao calor desseca,
Fachos lhe sotopõe. Vulcano rápido
O campo todo limpará.
(Amaral, 1941, p. 176-177).*

O termo “limpar”, que resumia a preparação da terra, designava tanto a exclusão das árvores quanto a eliminação das pragas e parasitas que podiam comprometer o plantio, através do manejo do fogo. No poema, o resumo do procedimento anula o *pathos* da luta, reduzida a processos de trabalho eficientes e arrojados, mas rotineiros e aparentemente disciplinados.

O poema oferece, nesse ponto, uma explicação didática para uma questão de que se ocuparam os políticos ilustrados da época e os historiadores ambientais contemporâneos: o “abandono” do arado no Brasil, pois “[...] é porém certo, / Que nunca nestas plagas vigorara / Do arado o uso, e no lavor dos campos / Só das enxadas quase sempre usamos.” Depois de “limpo” o terreno, cabia aos escravos prepará-lo com o uso desse instrumento, “e tudo prestem, quanto presta o arado”. Embora o autor considere hipóteses menos plausíveis como a “degeneração” do gado, que teria se tornado indócil nos trópicos, inviabilizando seu uso como força de tração, “[d]e custosos trabalhos impaciente / de longa cerviz, e frouxo peito [...]”, seu argumento é a dificuldade de operar o arado em solo ainda carregado de restos de árvores e raízes resistentes ao fogo (p. 42):

*Assim, pois, desprezado o uso da relha,
Quis antigo Colono arar os campos;
Ou porque subterrâneas se esconderam
Aqui, e ali das plantas as raízes
E as densas fibras, que o Cultor debalde*

*Rasgar pudera co’a embotada relha;
(Amaral, 1941, p. 177).*

De fato, como explica Diogo de Carvalho Cabral, os terrenos agrícolas abertos por derrubada e queimada eram bastante irregulares, de forma que “o campo arroteado ainda estaria abarrotado de restolhos os mais diversos”. Os agricultores instados a adotar o arado pelo Conde de Resende no final do século XVIII alegavam exatamente o mesmo motivo para recusá-lo, defendendo a necessidade de derrubar novas áreas de mata virgem. Cabral aponta, por outro lado, que o uso do instrumento, “símbolo máximo das conquistas agrícolas do Velho Continente”, e do adubo animal não eram práticas tão incomuns como a historiografia tendeu a afirmar. Ele observa que entre os produtores de açúcar das regiões mais planas do Recôncavo Baiano mais da metade dos agricultores faziam uso do arado no final do século XVIII (2014, p. 114-116, 109). A divergência é compreensível, pois, ademais de ter escrito no início daquele século, Prudêncio do Amaral viveu em Cachoeira, na Bahia, região de relevo acidentado (Fonda, 1971). O poema, nesse sentido, assume a visão dos agricultores em defesa da economia regional e suas práticas:

*D’aqui vem, que esta, que Brasil nomeiam,
Famosa Terra, entre as remotas Gentes
Não tanto a louvem, porque exímios lenhos,
Porque nas matas bálsamos valiosos
Crie, derrame; porque carregada
De preciosos metais, pedras preciosas,
Nela corusquem os diamantes, o oiro
Quanto porque os convívios enriqueça
C’os sacarinos dons, e ambos os Mundos
Com Divinos manjares afortune.
(Amaral, 1941, p. 41).*

A confiança na elevada produtividade dos terrenos de floresta tropical desmatada e queimada sustenta esse discurso da prosperidade do engenho açucareiro, em face da descoberta de abundantes riquezas minerais no centro do país, a partir dos últimos anos do século XVII. Como o poema foi escrito por volta de 1710, supõe-se que não haviam sido ainda sentidos em sua plenitude os efeitos destruturantes da corrida do ouro. A nobreza dos “exímios lenhos” sacrificados em prol da produção de açúcar, e mesmo os minérios que ao longo do século fariam a prosperidade portuguesa (e inglesa), não se comparam, nesse elogio do engenho, à magnitude do comércio intercontinental.

No caso de José Rodrigues de Melo, que escreve, décadas depois, sobre a criação de gado, o cultivo e o beneficiamento da mandioca e do tabaco, o ponto de partida é a observação da base natural da colônia sob o

viés da disponibilidade de florestas: “Imensas inda hoje existem matas / No remoto Brasil, intactas, virgens / Desde a feliz Deucaliônea²⁴ idade / D’onde bem fácil é do chão cessante / As folgas compensar, e às úteis plantas / Novos prédios fundar no raso bosque.” (Melo, 1941, p. 215). Essa observação remete à necessidade do pousio à medida do esgotamento da fertilidade dos campos abertos através da coivara, o que, como vimos, demandava a expansão do cultivo para novas áreas de floresta. A derrubada, que também dava azo à provisão de lenha para uso doméstico e para a produção de açúcar, repete as condições temerárias da pesca da baleia narrada pelo Frei Itaparica, ao identificar os perigos que sondavam o trabalho e podiam convertê-lo em tragédia:

*Corta torta foice, pois, e audaz machado
A selva abaterás; porém, cautela!
Cheia de riscos mil é tal empresa.
Vezes muitas o Aderno²⁵ insidioso
Traído tem o Agrícola imprudente;
E a diverso lugar, do que primeiro.
Gemebundo e tremendo indícios dera
C’o vacilante cume, ai! insperado
Rápido corre, e sem efúgio ao Triste
Co’a desmedida mole incauto esmaga,
Cessa o trabalho; repentino luto
Os prazeres perturba; já não freme
Com ledas vozes a floresta opaca;
Antes gemidos, lúgubres lamentos
Vão nela tristes repetindo os ecos.
Eia, ó Colono, súbita não soe
Do machado ferida a árvore ingente,
Antes que duas ou três vezes vista
Com fiéis olhos, provas dêś seguras
Para onde vergue, e se a diversa parte
Mais propensa o proclive tronco, estenda.
Porém se tão direita o corpo exalta,
Que a nenhum lado declinada a veja,
Os braços todos perspicaz lhe observa,
E onde o ramo maior fique, examina;
Que para ali com todo o enorme peso
Cortada tombará, e com a queda
Trará, gemendo, horrífico destroço.
(Melo, 1941, p. 215).*

Tanto quanto as baleias, os troncos grandiosos

tornavam o trabalho da derrubada potencialmente letal, em uma tarefa que de ataque converte-se em defesa contra o poder da floresta.

Em uma das analogias mais eficientes do poema, o poeta enxerga na “mata idosa” uma embarcação cujos mastros se conectam pelas cordas estendidas entre eles, referência aos cipós e raízes aéreas que se entrelaçavam aos troncos como se os vegetais se protegessem uns aos outros: “Se me figura ver navio ingente / De cabos e de cordas repassado; E os mastros, que de cânhamo cingidos, / Uns nos outros firmando-se, revezam / Com multimodo enlace úteis socorros.” (Melo, 1941, p. 57). Nessas condições, mesmo depois de serrada a árvore podia manter-se de pé; da mesma forma, a derrubada de uma árvore muito pesada podia conduzir à queda de outras: “E se alguma, contudo, embaraçada / Da vimínea prisão, prendeu nos ares, / Dá-te pressa em fugir; porque improvisa / Buscando-te veloz, te não oprima / O que é (nem faças pouco) infausto p’rigo. / Té dos lugares defendidos teme.” (Melo, 1941, p. 57). Nessas estrofes, as árvores, individualmente, e a floresta como um todo são retiradas da condição de passividade e dotadas de virtudes como colaboração, solidariedade, força, flexibilidade, bravura, resistência e espírito de retaliação. A eliminação das espécies nativas de “primária nobreza” causa espanto, fruto da mera negligência ou de seu baixo valor econômico em face da oferta aparentemente inesgotável:

Jaz da espessura a majestosa pompa
Os comantes²⁶ Vinháticos, os Cedros,
As Socopiras de viver eterno,
E o, que ao Brasil deu nome, útil madeiro,
O que em cor o Violete²⁷ representa,
A Cabiúna mais negra, émula digna
Do Índico Ébano; as pingues²⁸ Copaíbas
Que, rota a casca, bálsamo goteiam;
E cem bárbaros nomes, que a primária
Nobreza gozam da vetusta selva,
Do arbóreo reino Principais, Magnates:
Cujo vulto, e beleza, e cor perene,
E robustez constante, e as próprias manchas
Em preço estão: porém riqueza tanta,
Que o ótimo País fácil procria,
Se o desazo, não sei, dos Habitantes,
Ou se a mesma abundância as torna baixas.
(Melo, 1941, p. 219).

²⁴ Em referência a Deucalião: “Filho de Prometeu e de Climene, casado com Pirra, filha de Epimeteu e de Pandora (a primeira mulher). Durante a idade de Bronze Zeus, vendo a raça humana irremediavelmente degenerada e cheia de defeitos, resolveu extingui-la e promoveu um dilúvio no mundo para afogar a humanidade; somente seriam poupados Deucalião e Pirra, em recompensa por sua bondade. Prometeu aconselhou os dois a construírem uma arca e se abrigarem nela, e o casal seguiu o conselho.” (Kury, 2009, p. 193).

²⁵ De acordo com nota na edição da Academia Brasileira de Letras, o termo original era “carvalho”, mas foi traduzido por “aderno” para referenciar uma árvore nativa no Brasil, o Guaribu-preto (*Astronium concinnum* Schott) (Amaral, 1941, p. 141).

²⁶ Comante: “Adornado de comas, ou crina” (Bluteau, 1712-1728, v. 1, p. 417).

²⁷ Violete: “Pau violete, madeira de tinturaria” (Bluteau, 1712-1728, v. 2, p. 856).

²⁸ Pingue: “Gordo, grosso, fértil, abundante” (Silva; Bluteau, 1789, v. 2, p. 453).

À primeira vista, o desperdício das árvores soa paradoxal, uma vez reconhecido seu elevado valor no contexto europeu, mas essa lógica sucumbe ao valor de mercado, inversamente proporcional à oferta disponível no meio físico colonial. Assim, cai no vazio a reverência à floresta brasileira.

Nos cinco cantos das *Geórgicas*, a mitificação das fontes da riqueza colonial perde espaço para prosaicas descrições das práticas rurais que definem, alternativamente, ação e reação na dinâmica entre homem e ambiente. Além dos perigos e incertezas da produção agropecuária em áreas de floresta tropical, tudo o que chega a ser criado pode ser destruído instantaneamente, seja pelas forças aleatórias do clima ou pela ação de uma série de agentes antagônicos – felinos, cobras venenosas, corvos, morcegos e índios antropófagos. Além desses, “[...] quão mais temer deve o Colono / A Formiga, infesto gado / Às arvores sativas²⁹! Sem limite / Reina esta praga do Brasil nas terras, / E o chão cavando, subterrânea mora; / D’onde a Nação, para roubar nascida, / Frequente em grossas turmas se derrama, / Furta os agrestes bens, e tudo assola.” (Melo, 1941, p. 226). Nesse universo, potências destrutivas e construtivas se enfrentam nas esferas do trabalho e da natureza, gerando situações ocasionais e provisórias de equilíbrio que o receituário do poema instrumentaliza ao compendiar as técnicas usuais consagradas pelo costume no meio rural da colônia. A extrema vitalidade do meio tropical explica a violência dessa luta cotidiana pela subsistência e a prosperidade.

Todo o ano há primavera

Embora a pujança natural da América portuguesa fosse fascinante, inscrevendo na descrição da terra doses desmedidas de exaltação mitificadora, vimos que esse olhar admirador era dúbio e não se desvinculava das práticas de uso dos elementos naturais como fontes de recursos produtivos e capital, e nem das batalhas diárias pela incorporação desses elementos a processos geradores de riqueza. No final do período colonial, o singelo poema *Descrição curiosa das principais produções, rios e animais do Brasil, principalmente da Capitania de Minas Gerais*, publicado pela Impressão Régia, de Lisboa, pela primeira vez em 1804 e pela segunda em 1806, insere-se na corrente literária da promoção de conhecimento e exaltação da conquista. Os nomes indígenas, as sugestões de cores, aromas e sabores renovam o impulso desejante, alimentado pela observação da natureza e pelos usos e costumes cotidianos. O autor é o alferes Joaquim José

Lisboa³⁰, que escreveu seus versos em direta comunicação com os arcades de sua cidade natal, Ouro Preto, quando de uma longa temporada na metrópole (Aguar, 2002).

Lisboa assimila sua escrita à hierarquia de poder entre colônia e metrópole, associando sutilmente a modestia de seu talento literário aos limites impostos à condição subalterna da primeira, que a oferecer tinha apenas os dotes da natureza, menos valiosos que os construtos humanos. Sua linguagem neoclássica busca as virtudes do comedimento, equilíbrio e singeleza:

*Minha Marília, eu não faço
Do Brasil uma pintura,
De sublime arquitetura,
Como a que tem Portugal.*

*Pinto com pobre discurso,
Com pouca arte, e sem beleza.
Os dotes que a natureza
Lhe deu com mão liberal.*

*Campos nativos lhe deu,
Deu-lhe bosques, matos, serras,
E fez fecundas as terras,
De profícuos vegetais.*

*Todo o ano há primavera:
Fosse agosto, ou fosse abril,
As árvores no Brasil,
Não me lembro que secassem.*

*O seu clima é o mesmo que este,
Porém muito mais sadio,
Porque o inverno é menos frio,
Menos calmoso o verão.*

*Tão benigna a natureza
Neste país nos costuma,
Que gozamos sempre duma
Deliciosa estação.*

*Os campos, minha Marília,
Sendo, como são, regados,
Nutrem numerosos gados,
Sem precisão de pastor.*

*Um só alqueire de milho,
Na fértil terra plantado,*

²⁹ Sativo: “Coisa que se semeia, planta e cultiva” (Bluteau, 1712-1728, v. 7, p. 607).

³⁰ Joaquim José Lisboa nasceu em Ouro Preto em 1755 e, pelas referências geográficas da *Descrição curiosa...*, é possível que tenha vivido na comarca do Serro, no norte de Minas Gerais. Deslocou-se para Portugal em 1802 como oficial do exército. Provavelmente, permaneceu em Portugal pelo menos até 1812 (Aguar, 2002).

*Dá duzentos ao cansado,
Fatídico agricultor.
(Lisboa, 2002, p. 29-30).*

Esse discurso em torno da prodigalidade da natureza coloca-se em continuidade com a retórica dos primeiros cronistas, reproduzindo a imagem edênica da terra fértil, abundante e amena. O poema lembra singularmente, nesse trecho, a carta do descobrimento de Pero Vaz de Caminha, ao evocar a pureza dos ares, a abundância de água, a amenidade do clima e a fertilidade da terra³¹.

A realidade da colonização faz-se das delícias naturais, mas também da instrumentalização de seus elementos. A situação ficcional do poeta que escreve para sua musa aponta para o desejo e a conquista amorosa, a depender de uma sedução a ser operada pela terra. A enumeração dos prazeres alimentares da colônia repete os temas de Botelho de Oliveira, sendo o mais característico o repertório das “[s]aborosíssimas frutas, / Que poucos conhecem cá”, ou seja, daquelas que, ignoradas em Portugal, possuem o valor do exotismo³²: gabirola, araticum, mangaba, jabuticaba, araçá, jenipapo, goiaba, caju, “[p]itanga, azedinha, ambu, / [c]ambucá, bacupari”, juá, “[c]oco-espino, jambo, angá”, “mandapuça, marmelada e murici”, sapucaia, jatobá, grumixama, maracujá, ata, ananás e cabacinha. Nesse ponto, o alferes intercala uma estrofe em louvor ao “gênio dócil” da “brasília gente” que “[f]az uma idade excelente, / Produz um tempo feliz”, associando a doçura das frutas e o caráter afável dos colonos (Lisboa, 2002, p. 31-33).

Seguem-se referências a tubérculos e leguminosas e também aos pratos mais comumente preparados a partir deles, o que faz com que o poema deslize com naturalidade da exibição dos dotes naturais da colônia à cultura alimentar que os incorpora aos hábitos e práticas da vida comum. Essa compilação de alimentos enfatiza a diversidade e a abundância, mas se beneficia também da sonoridade das palavras tupis e africanas, que evidenciam a diversificação da língua portuguesa por meio das variações linguísticas associadas à incorporação de referências culturais externas ao mundo europeu: carimã, tapioca, mujangué, mingau e pirão (tupi), quibebe, quitute, moqueca, tutu, canjica e quingombô (quimbundo), abará, acarajé e vatapá (iorubá), bobó (fom), cuscuz (berbere) (Lisboa, 2002, p. 32-33). Nesse trecho, o compartilhamento da experiência na colônia economiza adjetivos e apostos, evitando qualificar ou explicar, de maneira que a curiosidade despertada pelos termos esdrúxulos para a língua e a cultura lusas parece suficiente para atrair o interesse do leitor.

A descrição dos componentes da paisagem extrapola a esfera restrita do registro, fazendo um uso mais generoso da qualificação para definir os aspectos que provavelmente despertariam maior interesse da amada, ou seja, do leitor. A abundância, que apela ao discurso encomiástico das primeiras décadas da colonização, converge com o ideal arcádico da idade de ouro. Apesar de silenciar o nome do rio São Francisco – definido como “o que passa em São Romão” –, a ampla extensão, a fertilidade das terras, a prosperidade da criação de gado e a disponibilidade de caça, gerada pela abundância de frutas para a alimentação de porcos monteses, antas e veados, permitem construir um cenário benigno e bem afortunado. No rio Verde “[...] ninguém perde / Nem vida, nem cabedal”, sendo ele modesto e dotado da virtude da “prudência”: “Sonolento faz seu giro, / Não há quem dele se queixe, / É riquíssimo de peixe, / E por manso não faz mal.”. A aparentemente exagerada afirmação de que do pico do Itambé “[n]ascem alguns sete rios, / Além do Capivari”, não é de todo incorreta, uma vez que lá se localizam as vertentes das mais importantes bacias hidrográficas de Minas Gerais: São Francisco, Jequitinhonha e Doce. Peixes fluviais preenchem outra das séries elaboradas pelo poema, reafirmando a diferença como exemplo de uma virtude intrínseca da colônia, a originalidade: “Nos nossos rios, Marília, / Há muitas variedades / De peixes de qualidades / Que em Portugal nunca vi.” (Lisboa, 2002, p. 33, 34, 35, 45).

As aves são saudadas por sua abundância, sua beleza, seu canto, sua diversidade, seus aspectos pitorescos, em trechos particularmente singelos que ressaltam semelhanças ou diferenças em relação à fauna europeia, como é o caso da “[...] saborosa capoeira, / Que a perdiz de cá imita” e da “[...] rolinha azul, / E outras mais que nunca viste.” Enquanto isso, a descrição dos “ferozes animais” das “matas espessas” salienta a informação e evita fixar uma imagem negativa da colônia:

*Também, Marília, lá temos
Cobras muito venenosas,
E por isso assaz danosas
A tudo quanto é vivente.*

*Mas mesmo nos nossos matos,
Nos nossos campos amenos,
Temos contra estes venenos
O antídoto excelente.
(Lisboa, 2002, p. 44).*

³¹ A carta de Caminha foi descoberta em 1773 nos arquivos da Torre do Tombo, mas sua primeira publicação só se deu em 1816, na *Corografia brasílica* de Aires de Casal. Portanto, não influenciou na escrita de Lisboa (Braga, 2009).

³² O autor cita também algumas espécies exóticas há muito implantadas no país: – coco, banana, mamão, lima, limão, manga, fruta de conde e jaca (Lisboa, 2002, p. 31). Pela forma como essas espécies aparecem misturadas com os nomes de frutas nativas, é possível supor que a origem de algumas dessas frutas fosse desconhecida do autor.

Além disso, o poeta delimita com clareza os riscos representados pelos animais selvagens, tranquilizando o leitor: “Mas estes contrários nossos / Não ’stão nas povoações, / São dos incultos sertões / Os próprios habitantes.” (Lisboa, 2002, p. 44).

Joaquim José Lisboa mostra-se, por outro lado, consciente de que a colônia não é apenas um espaço físico original, pois construiu uma história por meio de interações sociais e modos de vida próprios, o que implica observar não apenas o gozo, mas também o conflito impresso pela convivência de diferentes. Tolerante para com os quilombolas, o autor atribui sua fuga a “maus senhores”, celebrando sua liberdade e dedicação ao trabalho, muito embora o considerasse desnecessário em terras brasileiras, pois os negros, “[...] inda que não criassem, / Ou que não fizessem roças, / Benignas, as terras nossas / Mil silvestres frutos têm.” Por outro lado, é implacável para com os nativos, que a seu ver não eram capazes de produzir, vivendo do roubo: “Não têm casas, não fabricam, / Vivem da caça e dos roubos, / São piores do que os lobos, / Piores que as cobras são.” Sua citação de nomes de tribos indígenas não difere da referência a espécies animais, também dotadas de feitos reconhecíveis, virtudes e defeitos morais.

Depois de descrever o uso de “virtuosas raízes / e óleos medicinais” e de apresentar as variedades de pedras preciosas encontradas na colônia, o alferes-poeta reafirma sua adoração pelo Rei, mas pede em troca reconhecimento, com a transferência da sede do império português para o Brasil. O passar dos anos havia transformado profundamente a realidade colonial, criando novos modos de vida, técnicas, práticas e relações. Essa consciência pode ser definida apropriadamente como “nativista” – ao menos quando a unidade de referência são as Minas Gerais –, explicitando os dons de um “país que chamam bravo”. Em tonalidade e temas, aproxima-se mais de Botelho de Oliveira do que dos autores seguintes, mas aponta para a necessidade de estudo sistemático e científico das riquezas do país, registrando as matérias-primas disponíveis para o aumento de sua prosperidade, sejam vegetais, como o algodão, ou minerais, como a prata, o ferro, a pedra-ume, o sal e a argila. A esses se somam seu elevado potencial agropecuário para o comércio e o sustento abundante (e prazeroso) de uma população. No conjunto, seu poema representa a sociedade mineira como espaço dotado de considerável autonomia e particularidade, em que a natureza não é vista tanto como fonte de riquezas, mas como parte de uma experiência coletiva original. Pouco fiel à convenção arcádica, o poema se consoma na direção em que Antonio Candido observou a resignificação da convenção arcádica da rusticidade, amalgamada na paisagem brasileira (2000).

Nesse artigo, leituras sintéticas de poemas particularmente eloquentes acerca da apropriação material e simbólica da natureza no espaço brasileiro permitiram explorar duas dimensões do discurso colonial: o pragmatismo e a mitificação. O sentido de espontaneidade que emana da comunicação aparentemente instintiva dos prazeres tropicais, no poema de Botelho de Oliveira, dá lugar à narrativa de um aterrorizante combate e de um sórdido processo de trabalho na obra do Frei Itaparica. O realismo dramático da narração da caça às baleias e de seu beneficiamento dialoga, por outro lado, com as práticas características do estabelecimento da agropecuária nas *Geórgicas Brasileiras*, em que a admiração pelas árvores da Mata Atlântica sucumbe à lei da oferta e da demanda, pois da riqueza gerada por sua destruição depende o sucesso da empresa colonial. A lógica da produção para o mercado governa os versos sobre a pesca da baleia e a derrubada-queimada, em que o olhar utilitário inverte o sentido da fruição do ambiente, submetendo os valores estéticos e éticos à lógica do valor de troca. Nos versos de José Joaquim Lisboa, o retorno à simplicidade descritiva e enumerativa do poema à ilha de Maré retoma as esferas do prazer e do convívio imediato com o meio natural, não só produtivo, pois também formador da identificação com a terra. Sob a lógica dos afetos, a tônica da domesticidade acaba por operar uma tradução lírica que pode se dar em qualquer um dos sentidos: do eu colonial ao outro metropolitano, e vice-versa. O tom sereno do poema de Lisboa não permite obliterar a razão colonial, mas a equivalência valorativa dos polos da colônia e da metrópole a subverte à sua maneira. Em suas notáveis diferenças e sutis semelhanças, essas obras demonstram como a representação poética do ambiente brasileiro, ao abrigar igualmente mito e matéria, por vezes tornou-os intercambiáveis, como dá a perceber a imagem irônica da “procissão de milagres” cunhada por Sérgio Buarque de Holanda para descrever o histórico pragmatismo luso-brasileiro. Esse estudo aponta, em convergência com as ideias de Tim Ingold, para o sentido criativo do convívio cotidiano com o meio físico e para o papel da palavra nesse contexto. Forma de percepção e de ação, ela permeia as experiências que continuamente produzem novos conhecimentos e reatualizam a memória. Nesse convívio, em parte pela geração de prosperidade, em parte pelo apelo sensorial da natureza, desde o início da colonização brasileira consagrou-se o mito ainda vivo de uma terra excepcionalmente privilegiada.

Referências

AGUIAR, M. S. 2002. A curiosa descrição de um certo alferes, feliz vesejador. In: LISBOA, José Joaquim. *Descrição curiosa das principais produções, rios e animais do Brasil, principalmente da Capitania*

- de Minas Gerais (1805). Belo Horizonte, MG, Fundação João Pinheiro. 92 p. p. 13-24.
- ALDEN, D. 1964. Yankee Sperm Whalers in Brazilian Waters, and the Decline of the Portuguese Whale Fishery (1773-1801). *The Americas*, **20**(3):267-288.
- ALENCASTRO, L. F. de. 2000. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras. 355 p.
- AMARAL, Prudêncio do. 1941. *Da lavoura do açúcar [1780]*. In: *Geórgicas brasileiras. Trad. João Gualberto Ferreira dos Reis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. 396 p. p. 171-208.
- ANDRADA E SILVA, J. B. 2002. Memória sobre a pesca das baleias [1790]. In: *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo, Ed. 34. p. 51-56.
- ANONYMO ITAPARICANO. 1850. Descrição da ilha de Itaparica. [1769]. In: VARNHAGEN, F. A. (org.). *Florilégio da poesia brasileira, ou coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um ensaio historico sobre as letras no Brazil*. Lisboa, Imprensa Nacional, t. 1. 359 p. p. 157-173. Poesia escrita por Frei Manuel de Santa Maria, sob o pseudônimo de Anonymo Itaparicano. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos?action=download&id=117415>. Acesso em: 05/11/2021.
- ASTORGANO ABAJO, A. A. 2009. Esbozo de la literatura de los jesuitas portugueses expulsos. *História Unisinos*, **13**(3):265-283.
- BLAKE, S. 1900. *Dicionário bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. vol. 6.
- BLUTEAU, R. 1712-1728. *Vocabulário portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joao V*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva. 8 vols., 2 suplementos. 7070 p. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5446>. Acesso em: 02/11/2021.
- BRAGA, F. W. L. 2009. *A carta de Caminha e o conceito de literatura na historiografia literária brasileira*. Assis, SP. Mestrado em Letras, Universidade Estadual de São Paulo, 105 p.
- CABRAL, D. de C. 2014. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro, Garamond.
- CALDEIRA, J. 1999. *A nação mercantilista: Ensaio sobre o Brasil*. São Paulo, Ed. 34. 416 p.
- CANDIDO, A. 2000. *Formação da literatura brasileira*. (Momentos decisivos). vol. 1 (1750-1836). 9ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia. 383 p.
- CASTELLUCCI, W. 2005. Pescadores e baleeiros: a atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos Itaparica: 1860-1888. *Afro-Ásia*, **33**:133-168.
- CROSBY, A. 2011. *Imperialismo ecológico: A expansão biológica da Europa. 800-1900*. Edição de bolso. Tradução J. A. Ribeiro, C. A. Maferrari. São Paulo, Companhia das Letras. 366 p.
- CUNHA, E. L. 2006. *Estampas do imaginário: literatura, história e identidade cultural*. Belo Horizonte, UFMG. 156 p.
- DEAN, W. 1996. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras.
- DELVAUX, M. M. 2009. *As Minas Imaginárias: O maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América Portuguesa – séculos XVI a XIX*. Belo Horizonte, MG. Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais. 258 p.
- DORAN, R. 2015. *The Theory of the Sublime from Longinus to Kant*. Cambridge (Reino Unido), Cambridge University Press. 313 p.
- ELLIS, M. 1958. Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial (II). *Revista de História*, **16**(33):149-176.
- ESPINOSA, G. 2012. Una metodología para el estudio de la percepción y ordenación de la naturaleza en las culturas prehispánicas. In: MENTZ, Brigida von (org.). *La relación hombre-naturaleza: reflexiones desde distintas perspectivas disciplinarias*. México, Siglo XXI. p. 210-244.
- FLECK, E. C. D. 2010. Em memória de São Tomé: pegadas e promessas a serviço da conversão do gentio (séculos XVI e XVII). *Estudos Ibero-Americanos*, **36**(1):67-87.
- FONDA, E. A. 1971. O Padre Poeta Prudêncio do Amaral Redescoberto. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, **10**:95-108.
- FONDA, E. A. 1974. João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, tradutor da “Geórgica Brasileira”. *Revista de Letras*, **16**:105-116.
- GIUCCI, G. 1992. *Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo*. Tradução Josely Vianna Baptista. São Paulo, Companhia das Letras. 264 p.
- GRUZINSKI, S. 2014. *As quatro partes do mundo: História de uma mundialização*. Tradução Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. São Paulo, Edusp. 576 p.
- HANSEN, J. A. 2008. Aleijadinho e outras representações: prefácio. In: GRAMMONT, G. de. *Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói nacional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 395 p. p. 17-31.
- HOCHMAN, J. 1998. Green Cultural Studies. In: MURPHY, P. D.; GIFFORD, T.; YAMAZATO, K. (org.). *Literature of Nature: An International Sourcebook*. Chicago, Fitzroy Dearborn. 512 p. p. 421-428.
- HOLANDA, S. B. de. 1959. *Visão do paraíso: Motivos edênicos da colonização do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 412 p.
- HOLANDA, S. B. de. 1994. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo, Companhia das Letras.
- INGOLD, T. 2011. Ancestry, Generation, Substance, Memory, Land. In: *The Perception of the Environment: Essays on Livelibood, Dwelling and Skill*. London, Routledge. 465p. p. 132-465.
- JAFFE, A. 2013. Sea Monsters in Antiquity: A Classical and Zoological Investigation. *Berkeley Undergraduate Journal of Classics*, **1**(2):1-12.
- KURY, Mário da Gama. 1990. *Dicionário de mitologia grega e romana*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- LISBOA, José Joaquim. 2002. *Descrição curiosa das principais produções, rios e animais do Brasil, principalmente da Capitania de Minas Gerais (1805)*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro. 92 p.
- LOZANO LÓPEZ, J. C. 2014. La cultura simbólica en el Barroco. In: LOMBA SERRANO, C.; LOZANO LÓPEZ, J. C. (org.). *El recurso a lo simbólico: reflexiones sobre el gusto II*. Zaragoza, Diputación de Zaragoza; Institución Fernando el Católico. p. 67-89.
- LUZ, G. A. 2009. A oikonomia do engenho ou o engenho da polis cristã: Prudêncio Amaral, Antonil e o açúcar. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, **28**(40):81-94.
- MARIANO, A. de B. 2014. Uma morte adiada: contributos científicos e literários do latim. *Organon*, Porto Alegre, **29**(56):13-25.
- MARIANO, A. de B. 2021. Do monte Hélicon ao Jaraguá: o caso particular do Brasielienses aurifodinae. *Teresa*, **21**:29-43.
- MELO, José Rodrigues de. 1941. *Da cultura da brasilica raiz. [1781]*. In: *Geórgicas brasileiras. Trad. João Gualberto Ferreira dos Reis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. 396 p. p. 209-257.
- OLIVEIRA, M. B. de. 1705. Á ilha de Maré, termo desta cidade da Bahia. p. 127-136. In: *Musica do Parnasso*. Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, impressor do Santo Officio e da

- Sereníssima Casa de Bragança. 339 p. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=142657>. Acesso em: 03/11/2021.
- PÁDUA, J. A. 2002. *Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista – 1786/1888*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 318 p.
- PONTES, N. 2014. Meio ambiente é maior orgulho nacional para 58% dos brasileiros. *DW.com*, 18/11/2014. Disponível em: <https://p.dw.com/p/1Dos2>. Acesso em: 30/08/2021.
- SEVCENKO, N. 1996. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista USP*, 30:108-119.
- SILVA, A. de M. Bluteau, R. 1789. *Dicionário da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1ª ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira. 2 vols.: vol. 1, 752 p.; vol. 2, 541 p. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>. Acesso em: 23/11/2021.
- SIQUEIRA, L. A.; ARAGÃO, W. M.; TUPINAMBÁ, E. A. 2002. *A introdução do coqueiro no Brasil, importância histórica e agrônômica*. Aracajú, SE, Embrapa. 24 p. Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br/download/Documentos47.pdf>. Acesso em: 06/11/2021.
- SOUZA, L. de M. e. 1993. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização. Séculos XVI-XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras. 263 p.
- TEIXEIRA, I. 2005. A poesia aguda do engenhoso fidalgo Manuel Botelho de Oliveira. In: OLIVEIRA, M. B. de. *Música do Parnaso*. Cotia, SP, Ateliê Editorial. 424 p. p. 7-93.
- TEIXEIRA, I. 2012. Maré, Ilha de Botelho: fundamento histórico & retórico. *Revista Brasileira*, 72:109-134.
- TOMCHINSKY, B.; MING, L. C. 2019. As plantas comestíveis no Brasil dos séculos XVI e XVII segundo relatos de época. *Rodriguésia*, Rio de Janeiro, **70**:1-16.
- VARNHAGEN, F. A. (org.). Anonymo Itaparicano. 1850. In: *Florilégio da poesia brasileira, ou collecção das mais notaveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um ensaio historico sobre as letras no Brazil*. t. 1. Lisboa, Imprensa Nacional. 359 p. p. 151-156.

Submetido em: 20/01/2022

Aceito em: 26/06/2022